

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST

ANAIS. EST. EDU. BR/CONGRESSO



ECONOMIA E HUMANIZAÇÃO: DESAFIOS ÉTICOS ATUAIS

Ozenildo Santos Xavier da Rocha *

Resumo:

Constatamos na contemporaneidade o avanço das economias emergentes e sua inserção nos mercados mundiais. Ao mesmo tempo em que se amplia o crescimento econômico, vê-se paralelamente, embora menos articulado entre as autoridades responsáveis, gritos que ecoam da natureza, das relações de trabalho e da política, etc., na busca de humanização nesses espaços de interação profissional. Nesse caminho, perceber o crescimento das nações em sua relação com os problemas sociais e ecológicos se anunciará como estudo mais aprofundado apreendendo de então suas implicações éticas. É nesse sentido que analisar a economia e suas implicações na vida contemporânea tornar-se-á altamente relevante para propor por meio de compreensão atualizada uma caminhada ética que tenha como pressuposto a humanização nas relações interpessoais e o cuidado nas relações homem-natureza. Uma visão ético-teológica poderá auxiliar a economia dando-lhe aportes significativos na construção de uma nova sociedade cada vez mais justa, solidária e consciente das questões que se apresentam na contemporaneidade.

Palavras-chave: Economia; Humanização; Ética.

Abstract:

We note today the advancement of emerging economies and their integration into world markets. While economic growth expands, we see in parallel, though less articulated between the authorities, the cries that echo from the environment, labor relations and politics, etc., in the search for the humanization of these spaces of interaction professional. On this path, analyzing the growth of nations and their relation to social and ecological problems will show as a deeper study seizing, from there, its ethical implications. In this sense, analyzing the economy and its implications for contemporary life will become highly relevant to propose an ethical journey through a renewed understanding on the basis of interpersonal relations and the care for the environment. A theological-ethical vision can help the economy by providing significant contributions in the building of a new, more just, compassionate society which is aware of the problems that arise in contemporary times.

Keywords: Economy; Humanization; Ethics.

INTRODUÇÃO

O tema da “economia e humanização” suscita inquietações que merecem ser consideradas. Em primeiro lugar, pensar a economia na contemporaneidade, mais que uma disciplina acadêmica, tem se tornado questão imprescindível para a

* Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Teologia e Filosofia. Bolsista parcial da Junta de Educação da Convenção Batista Mineira. E-mail: ozenildosantos@yahoo.com.br.

convivência individual, social, política e ecológica. Tal questão versará sobre a possibilidade de um modo de vida sustentável em suas interações.

A humanização pensada no horizonte da economia teria uma razão. A economia de mercado predomina hegemonicamente. As relações e os modos de produção são submetidos às regras próprias pela “mão invisível”. O problema que daí surge é que, a autorregulação *smithiana* passa por crises. Especificamente as de 2009 e 2011, para não mencionar as anteriores, nos mostram que existe um limite que foge ao controle da “natureza” econômica do mercado atual.

Diante disso, constata-se que a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento torna-se problemática. A ética vista nas relações econômicas atuais, carecerá de uma resignificação à medida que não contemplem em sua agenda a liberdade, a partilha, a solidariedade e a autorrealização como categorias éticas fundamentais para a humanidade.

ECONOMIA E ÉTICA: PROCESSO DE DISTANCIAMENTO

A economia em domínio hoje é a economia de mercado. A economia de *bem-estar social* cada vez mais se vê ameaçada pelo neoliberalismo que, de modo sutil adentra a política, dificultando os processos democráticos dos Estados modernos. Nem sempre foi assim. Essa verificação se dá pelo fato de que a economia, em outros tempos constituía-se em parte de um processo que envolvia também a política e, ambos dentro do contexto da ética. Portanto,

Há mais de duzentos anos que os quadros referenciais dominantes do pensamento ético e econômico vêm distanciando-se um do outro. Esta desintegração intelectual entre economia e ética é provavelmente uma das causas mais profundas por que a integração efetiva deixa tanto a desejar.¹

A preocupação em como a economia na atualidade tem se processado faz emergir dos campos da ética e da própria economia vozes em busca de pistas para um novo direcionamento aos valores adotados por ela. Hoje, o que vemos é a ética pensada à parte do contexto da economia.

A ética de Aristóteles consistia de uma ética geral, que era completada na ciência política e, de modo mais limitado e fragmentário, na ciência econômica. A finalidade de cada uma dessas ciências era a de procurar a

¹ VOS, Herman; VERVIER, Jacques. *Utopia cristã e lógica econômica*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 82.

essência própria de cada atividade. O *bem*, objeto da política, não era a sobrevivência material, mas a *vida boa* na comunidade mais ampla da polis: uma vida onde o cidadão participava da administração pública e comungava do desenvolvimento da ciência e da cultura. Além de formular o comportamento moral próprio de cada atividade.²

A ordenação justa entre as diversas esferas sociais encontra em Aristóteles uma ética na qual a coerência e a hierarquia fossem apontadas como comportamento social adequando. Para ele, “a primeira função de uma economia moral consiste em conservar e reproduzir as relações sociais que possibilitam o funcionamento da economia doméstica e, por consequência, também da *polis*”³. A economia, em Aristóteles, teria uma fundamentação ética.

Aristóteles ancora a economia firmemente em seu sistema ético. O econômico fica subordinado ao político e à moral. No mundo aristotélico o viver bem (eudaimonia) tem prioridade sobre a acumulação. A harmonia e a coesão sócio-política são garantidas pela justiça. O modelo preconiza a troca com preços normais ou justos. Este paradigma irá fecundar o pensamento econômico no mundo islâmico, e no ocidente, inspirar os escolásticos nas suas análises econômicas.⁴

Na idade média, a articulação econômica entre os vários setores tinham suas prática e teoria balizadas pelo direito civil e canônico. Essas teorias e práticas vigeram até o século XIII pelos legistas e canonistas.

As normas vigentes nas transações econômicas eram tiradas do direito civil e direito canônico. Depois com a chegada dos escritos de Aristóteles no ocidente latino, a iniciativa passou para o campo dos teólogos (escolásticos). Daí para frente passaram a afeiçoar as normas econômicas com a ajuda da ética aristotélica.⁵

Nessa articulação, os escolásticos pautavam como elementos doutrinários a atuação ética diante das várias esferas da sociedade, sobretudo, na prática econômica. Tal ação visava disciplinar a economia, assim como em Aristóteles, nos preços e nas relações de troca. Os teólogos medievais preocupavam com a moralidade dos negócios, apontando que o preço justo é aquele “estimado em um dado momento pelo mercado e que pode sofrer variação de acordo com as

² VOS; VERVIER, 1997, p. 83.

³ VOS; VERVIER, 1997, p. 84.

⁴ VOS; VERVIER, 1997, p. 86.

⁵ VOS; VERVIER, 1997, p. 86.

necessidades, porém, a especulação motivada pela ganância destruiria a coesão moral da sociedade”.⁶

Tomás de Aquino, influenciado por Alberto Magno, ambos, teólogos escolásticos medievais exerceram papéis importantes na fundamentação ética para os preços, moeda e juros. Após esses dois pensadores, a escolástica medieval não mostra pensadores com a expressão desses. Diante disso, o que se percebeu é que

A preocupação era a de fornecer critérios éticos para os agentes econômicos numa sociedade feudal, onde eclodiam o comércio e a monetarização. Para isso retomava às idéias de Aristóteles, adaptando-as às realidades e à doutrina de seu tempo. Mantinha a tese da subordinação do econômico à moral e continuava a buscar critérios para o preço justo na troca de mercadorias e serviços. Como contribuição desenvolveu [...] o preço de mercado e o preço de custo.⁷

Com a internacionalização da economia, a economia agropastoril sofre influência em suas bases e a liquidez econômica amplia seus espaços. Surge também a expansão dos créditos e, o problema dos juros, passa a ser relativizado, desde que fossem para cobrir os riscos ou eventuais prejuízos obtidos. Foi verificado que regular o preço a partir de uma realidade econômica local não seria viável considerando as diferenças cambiais.

O valor internacional das letras de câmbio não é o mesmo nos diferentes centros. Flutuações desiguais em oferta e demanda de mercados e de moeda nos mercados nacionais resultam em diferenças em taxas de câmbio. [...] As diferenças em taxas de câmbio que são o resultado das flutuações do mercado e os lucros que decorrem dessas diferenças são moralmente justificáveis.⁸

Percebe-se, portanto, que a economia, em certa medida, mesmo com tendência a ser desarticulada da ética, era pensada ainda em categorias éticas. Com o advento da modernidade surge um processo de separação entre a economia e a ética. Todo o processo de racionalização científica e técnica produzirão um novo mundo.

A mão invisível que Adam Smith descobriu na economia foi o *mecanismo auto-regulador do livre-mercado*. Adam Smith não descobriu a importância do mercado. A escolástica já a descobrira antes. É que a troca livre permitiria, na ausência de monopólios, a formação de preços justos, refletindo a livre escolha e a avaliação da sociedade. E, bem antes, o

⁶ VOS; VERVIER, 1997, p. 87.

⁷ VOS; VERVIER, 1997, p. 88.

⁸ VOS; VERVIER, 1997, p. 92.

mercado já fora analisado como um bem ético por Aristóteles porque garantiria a justiça nas relações de troca.⁹

O que vale destacar aqui é que os pressupostos morais fixos não interessavam mais ao meio científico racionalizado. Há um deslocamento entre leis de caráter natural para as de caráter causais. O espírito investigativo, com as suas novas descobertas passa a ter primazia sobre as questões morais, fixas no paradigma da natureza.

O individualismo teve como motor de propulsão a *racionalidade instrumental*, que permitiu equacionar e dominar a realidade a serviço da autonomia do sujeito humano. Esta concepção estratégica da razão desenvolveu-se na razão e frutificou-se na tecnologia. Produziu bens e colocou, nas mãos do ser humano, recursos e poderes nunca antes alcançados, para resolver a maioria dos problemas e insuficiências materiais dos problemas da humanidade.¹⁰

Aqui se vê que a economia sai da tutela da ética para caminhar livremente e autorregulada pelo próprio mercado. Se a ética se dera anteriormente como reguladora dos processos econômicos e políticos, agora, à margem, passa a fazer parte de outro “departamento”.

À medida que a economia, a administração, o Estado diferenciam-se e dão nascimento a aparelhos complexos, seu desenvolvimento e seu funcionamento exigem uma subdivisão cada vez mais acirrada das competências e das tarefas, uma *organização* cada vez mais diferenciada de *funções*, que, por seu turno, são cada vez mais especializadas. [...] Uma vez iniciado, o processo desenvolve sua dinâmica própria: cada etapa na diferenciação das competências provoca um acréscimo de burocratização, que permite um acréscimo de diferenciação das competências, e, assim por diante.¹¹

A economia, nos tratados novos que surgem passa a assumir posições antagônicas ao modelo de então. “O bem estar social não se cria por limitações éticas, mas por uma forma extrema de egoísmo competitivo que induz à parcimônia e à atividade produtiva”.¹²

Pelo fato da ética está ligada à subjetividade, a idéia de liberdade passa a ser o motor que vai conduzir todas as dimensões da vida, em particular, a economia.

⁹ VOS; VERVIER, 1997, p. 93.

¹⁰ JUNGES José Roque. *Evento Cristo e ação Humana: temas fundamentais da ética teológica*. 1ª. Ed. São Leopoldo- RS: Editora Unisinos, 2002, p. 18.

¹¹ GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2007, p. 39.

¹² VOS; VERVIER, 1997, p. 94.

“A ética tradicional e a religião são obrigadas, não sem lutas e conflitos, a dar lugar ao pluralismo social”.¹³

Ao renunciar a cada imperativo ético, a solução econômica do pluralismo radicaliza o reconhecimento da liberdade individual. O preço que se paga para isso é o relativismo ético. Julgamentos éticos são meramente apreciações *individuais* e *subjetivas* de valores. Perdem a validade universal e são reduzidos a “variáveis exógenas”, numa função de bem-estar. Pode se falar apenas de soluções mais ou menos eficientes de escolhas sociais e individuais.¹⁴

Otimizar as condições de ganho com as de bem-estar foi o processo que tentou fundamentar “um projeto de sociedade baseado no cuidado mútuo do interesse próprio”¹⁵. Uma questão que se levanta diante de uma sociedade plural, racionalizada e permeada de tecnicidade é se

A volta da ética como visão e ideal global é realmente possível e desejável em um contexto dessemelhante? Não deve a moral, numa sociedade pluralista, limitar-se a um conceito residual ou *consenso mínimo* acerca do respeito pelas regras do mercado e do contrato? Pode a ética moderna ser mais que uma moral de procedimento e não visionária, que supõe que as pessoas, com medo do caos e/ou movidas pelo interesse próprio, irão ao menos respeitar esse mínimo?¹⁶

Tais questões levantadas teriam razão de ser, à medida que apontam limitações do sistema econômico vigente e suas contradições pelos inúmeros problemas que se nos apresentam.

GLOBALIZAÇÃO, BEM-ESTAR SOCIAL E NEOCAPITALISMO

A globalização gestada na modernidade possui característica diferenciada. Ela, associada ao processo de mercantilização, carrega consigo inúmeras contradições. Se de um lado o sistema capitalista promove a modernização das nações e economias com seu modo de produção, esse mesmo processo se desencadeia em contradições que, embora negadas, são, de fato, percebidas.

¹³ VOS; VERVIER, 1997, p. 95.

¹⁴ VOS; VERVIER, 1997, p. 97.

¹⁵ VOS; VERVIER, 1997, p. 100.

¹⁶ VOS; VERVIER, 1997, p. 101.

Na década de 1960, a economia mundial cresceu a um ritmo de 5% anual (corrigido pela inflação). Nos anos 1970, o crescimento diminuiu para 3,6% ao ano. Nos anos 1980 houve uma maior desaceleração atingindo 2,8% anual e na primeira metade da década de 1990 o mundo experimentou um ritmo de crescimento de apenas 2% ao ano. Em duas décadas o capitalismo perdeu 60% do seu impulso. Este diagnóstico de crise não é baseado em critérios extra-capitalistas, como por exemplo, a exclusão dos pobres, mas sim no critério capitalista por excelência: o crescimento econômico. Esta é a principal causa pela qual alguns defensores incondicionais do capitalismo estão propondo novas leituras da teoria econômica e aceitando discutir as suas contradições internas.¹⁷

Tais contradições, se medidas sob perspectiva extra-capitalista como desigualdade social, pobreza extrema, condições precárias no mundo do trabalho, etc., são ainda mais problemáticas. Pensar o desenvolvimento fora desses parâmetros seria ignorar os processos integrais de desenvolvimento que leva a sério a humanização.

O *homo*, portanto, é um ser inconcebível numa forma atômica e fragmentada. É um *ser-relação*, um ser ao mesmo tempo pessoal e social, uno e múltiplo, singular e plural, cotidiano e histórico, jamais completo e definitivo senão em processo de fazer-se, de superar-se, de ir mais além – um ser evolutivo e educativo.¹⁸

A humanização é fator preponderante na consecução de uma ética que versa a integralidade do ser. O homem, como aponta Arruda, “é um ser em processo contínuo de crescimento, que trabalha e cria, que conhece e age e, um ser amoroso”.¹⁹

A globalização, à medida que possibilita ver o mundo com uma “aldeia global”, permite, também, um novo modo de conceber as coisas e as pessoas. Isso implica que as relações estabelecidas necessitarão de parâmetros éticos concretos para que a participação de todos se dê em liberdade. O individualismo acentua toda sociedade Ocidental à medida que o maior competidor do capitalismo foi superado hegemonicamente, o socialismo. Nas sociedades orientais, a economia de mercado adentrou, mas o processo democrático não se desenvolveu a contento.

No ocidente, a vitória sobre o bloco comunista foi celebrada com a vitória do capitalismo democrático. A democracia liberal se baseia na noção de um “indivíduo, um voto”, isto é, na igualdade formal entre todos os cidadãos. O sistema de mercado, por outro lado, se baseia na capacidade de

¹⁷ SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010, p. 127.

¹⁸ ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003, p. 174.

¹⁹ ARRUDA, 2003, p. 201ss

concorrência dos indivíduos no mercado, na lei da sobrevivência do mais forte ou do mais apto e, com isso, tende à desigualdade social e concentração de riquezas, chegando, como nos dias de hoje, à exclusão social de uma parcela importante da população.²⁰

Tal promoção da individualidade gerará sempre um modo de competição que coloca aqueles em condições menos favoráveis de competição à margem do desenvolvimento econômico e social. Surge um problema:

Mas o que acontecerá quando a economia mundial, e não apenas o fluxo de capitais, chegar a funcionar sem fronteiras nacionais, passar a ser realmente global? Na competição sem fronteiras das empresas, das regiões e das posições, quem haverão de ser os ganhadores? Não se transformará esse mundo “economizado”, e por isso talvez inóspito, antidemocrático ou mesmo desumano, para o qual seremos da noite para o dia, catapultados através da globalização, em vista de uma maior produtividade e rentabilidade?²¹

A globalização é fato e acompanhar seus impactos será uma caminhada desafiadora quando se lê eticamente cada acontecimento. Em termos de fé, é válida a leitura que contemple cada evento sem as preocupações apocalípticas, mas com uma leitura realista dos fatos, fugindo de certa ingenuidade quando inteirado do tema em questão. Diante disso, afirma Küng, precisamos compreender que

A globalização não é nenhuma conspiração dos americanos, japoneses ou de outros sombrios poderes, mas sim um *resultado do desenvolvimento tecnológico e econômico da era moderna da Europa*. Com base na abertura de novas vias comerciais do século XVI, já com a industrialização do século XVIII teve início uma distribuição internacional do trabalho. Para o mundo inteiro, porém, a globalização da economia e do comércio passou a se tornar visível na Europa do século XIX: por um lado através do comércio exterior liberalizado com base no princípio do favorecimento (Tratado de Cobden, 1860, entre França e Inglaterra) e do padrão-ouro (que possibilitou o uso de regras unificadas para a política monetária e financeira), e por outro através da aceleração do comércio, com a navegação a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo. Mas após uma fase passageira de nacionalismo isolacionista ela se impôs no sistema econômico mundial após a Primeira Grande Guerra, agora expandindo policentricamente com a ajuda do transporte aéreo, que – após uma interrupção pela Segunda Guerra Mundial – imediatamente antes da virada do milênio alcançou seu ponto culminante, atingindo alturas quase vertiginosas.²²

Entendendo que a globalização se projeta mais como um fato histórico que uma conspiração dos países desenvolvidos, a questão fica mais realista, quando

²⁰ SUNG, 2010, p.127.

²¹ KÜNG, Hans. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 277.

²² KÜNG, 1999, p. 279.

discutida. Trabalhar na contramão dessa via pode ser um gasto de energia em vão. Como então lidar com esse fenômeno considerando que é um fato histórico e que, ao mesmo tempo, também aproveitado por aqueles que projetam a economia mundial?

Sua ética -da globalização- precisa ser discutida e formulada com base em novos critérios. Se a democratização foi a grande *boa-nova* do capitalismo ocidental, esse mesmo capitalismo se apresenta agora como uma ameaça aos processos de democratização mundial. Se colocadas na balança as posturas antidemocráticas assistidas na geopolítica mundial, perceberá facilmente que temos uma crise de civilização. Como –ainda- aponta Küng:

A revolucionária mudança estrutural na economia não pode mais ser ignorada: Não somente o trabalho e a produção, mas também a ciência e os meios de comunicação se tornam cada vez mais livres das posições nacionais. Esta nova liberdade e a liberalidade cria possibilidades inteiramente novas, mas também – sobretudo para uma política econômica, social e ecológica nacionais – dificuldades inteiramente novas.²³

Os problemas relativos ao mundo do trabalho e à questão ecológica merecerão atenção e destaque nessa nova conjuntura. Se de um lado se expande as formas de produção com instalação de parques industriais no exterior, os problemas de remuneração com mão de obra barata e dignidade do trabalhador ficam ao relento. Com a instalação de indústrias sejam elas de produção ou mesmo de exploração mineral, os problemas ecológicos se avolumam. Há, também, os problemas climáticos que surgem dos impactos ambientais causados pela articulação pouco criteriosa do homem. Indaga-se se o modo como a economia tem se processado hoje seria a única forma criativa a qual o ser humano pode ter para reconstruir sua história política. Portanto,

A globalização não é *nenhum fenômeno da natureza*, como um furacão, diante do qual ninguém pode fazer nada. E uma vez que a “mão invisível da divina providência” jamais impediu o fracasso humano, não podemos senão considerar com bastante ceticismo o dogma de fé, ainda bastante difundido entre os economistas, da “mão invisível da concorrência”, que não conseguiu impedir as crises da economia mundial. Os economistas possuidores de auto-crítica de qualquer maneira hão de concordar: o mercado, como instrumento de controle, pode falhar por isso a política, com sua função ordenadora, é imprescindível.²⁴

²³ KÜNG, 1999, p. 282.

²⁴ KÜNG, 1999, p. 290.

O estado de *bem estar social* se mostrou como alternativa para as economias desenvolvidas do *Pós-Guerra*. O Estado, entendendo sua participação de reger e cuidar do bem de todos os cidadãos, por meio de forte arrecadação de impostos promove a redistribuição de seus recursos em forma de financiamento do *bem estar* da população. Esse meio de amenizar a rigidez econômica de auto-regulamentação torna-se cada vez mais discutido, principalmente na Europa. Os economistas perceberam que há um limite para o endividamento do Estado e, deixar de perceber isso pode ser fatal para todo o cidadão.

As crises Americana e Européia acentuam que problemas dentro dessa estrutura precisam ser revistos. A tendência que se vê é a de retornar a um neo-liberalismo, abdicando das conquistas sociais, sem levar em conta elementos éticos. Isso se torna problemático na medida em que o investimento na saúde, educação, saneamento básico, trabalho, etc., passam a ser comprometidos com as políticas de austeridade.

Os governos que caminham nessa direção, estão orientados pelo desmonte do Estado de *bem estar* e a implementação de uma política econômica neo-liberal. Esse retrato pode sinalizar o enfraquecimento dos governos que se encontram endividados e precisam de recursos externos somado ao oportunismo dos especuladores que jogam com essa fraqueza governamental.

Temos aqui um problema ético instalado. Simplesmente propor a extinção de um Estado de *bem estar* por parte de economistas pode soar como ausência de pulso firme por parte dos governantes e presidentes de bancos centrais, no sentido de erigir uma ética que seja sustentável para uma sociedade em declínio econômico. O Estado precisa, na verdade de uma reconfiguração dos modos de articular-se socialmente, sem abrir mão de sua função enquanto tal.

Os esforços para tal situação merecerão um entendimento e uma articulação que leve em conta todos os atores sociais e econômicos. As medidas a serem adotadas pelo Estado, quando ninguém se atenta para os problemas existentes na economia seriam as seguintes, como assevera Küng, citando um caso da Suécia:

O estado não pode gastar mais do que seus cidadãos podem e se dispõem a pagar através de impostos. Impostos excessivos levam à sonegação em larga escala. Se a carga de juros a ser paga pelo estado se torna maior que o superávit do crescimento econômico, um novo endividamento do estado passa a ser inevitável, mesmo que apenas para pagar os juros; mas um endividamento sempre crescente leva ao esgotamento das finanças do estado e por fim à bancarrota. O estado intumescido tem necessidade de

ser reconduzido; parlamentos grandes demais precisam se encolher, uma administração estatal muitas vezes pesada e esbanjadora precisa de uma limpeza, coisas que hoje talvez sejam contestadas, no máximo, por burocratas empedernidos ou por marxistas tradicionais; para muitos o estado de *bem estar social* transformou-se num monstro burocrático e sem transparência.²⁵

Compreendidas as dificuldades e a crise pela qual passa o Estado de *bem estar social*, deve-se atentar que mudanças das mais importantes precisam ser reconsideradas. O compartilhar do desenvolvimento e, ao mesmo tempo da auto-regulação precisam ser caminhos para todos. Se de um lado o Estado precisa entender que não consegue dar conta de todos os processos de desenvolvimento da sociedade, enxugando seus gastos, de outro, a cultura de auto-regulamentação precisa ser administrada pela economia com uma atuação mais criteriosa quando do uso dos recursos naturais.

O neocapitalismo admitir que a liberdade pregada não se mostre disponível a todos que dele participa. Da mesma forma que a o socialismo precisa reconhecer que o Éden não será construído somente com a cultura de *bem estar social*. Para exemplificar essa nova ética, Küng endossa que

Onde quer que a *política do livre comércio* deixe de ser uma simples máxima de ação a ser aplicada com critério e passe a ser um dogma absoluto e um objetivo em si mesmo, ao qual todos os demais aspectos econômicos e sociais devam subordinar-se, ela terá que contar com poderosas forças sociais de reação. Quanto mais *vagas de trabalho forem extintas ou exportadas* (quer isto seja justificado do ponto de vista econômico e político, ou não) tanto mais também fica abalada a confiança na segurança econômica e na estabilidade da força de compra; economizar em pesquisa e desenvolvimento leva facilmente a que sejam perdidas as oportunidades de renovação. Quem *faz enxugamento unicamente em vista de lucros imediatos* põe em perigo futuras chances de crescimento e negligencia inteiramente o fator lealdade que se baseia na confiança para com o empregador e numa longa colaboração [...]. Quando a produtividade e a rentabilidade aumentam, os *trabalhadores* não podem ser mal remunerados, mas devem ter *sua parte no aumento da produtividade*; muito menos deve-se admitir que eles sejam despedidos no caso de a empresa estar indo bem.²⁶

Há que se ter, portanto, uma boa medida para instrumentalizar a economia. O critério único do *crescimento econômico* que deixa para traz questões que tocam a integralidade humana e seu desenvolvimento precisa ser repensado. Do mesmo

²⁵ KÜNG, 1999, p. 298.

²⁶ KÜNG, 1999, p. 301.

modo, o que se vê é que um Estado com endividamento maior que a sua arrecadação, também tem limites.

Nesse caminho, nem a neoestatização com sua política centralizadora e nem o neocapitalismo com sua autorregulação surgem como respostas absolutas e plausíveis para a atualidade. Faz-se necessário levantar questões que apontem para uma nova ética. Repensar os processos de humanização dentro da economia é trazer para ela aportes significativos para a construção de um novo mundo, mais justo e sustentável e solidário.

RELACIONAR ÉTICA E ECONOMIA: DESAFIOS ATUAIS

A ética torna-se o fator fundamental quando pensamos a economia a partir da categoria de humanização. A humanização na economia pressupõe uma leitura mais aprofundada na busca por entender e fomentar possibilidades de concretização da justiça, liberdade e solidariedade em um sistema altamente competitivo. Logo, falar de economia na atualidade é analisar sua configuração, evidenciando por quais pressupostos age e se desdobra.

Alemán²⁷, abordando a problemática atual da relação entre economia e ética assevera que é “impossível falar seriamente, [...], substantivamente e de forma erudita nos diversos paradigmas atuais da teoria e política econômica, sem introduzir o problema fundamental da ética.”²⁸

Para ele, o ponto de partida que vai demarcar qualquer discussão em torno do tema será a possibilidade de apresentar o fundamento da ética. Nessa direção vai apontar que o ser humano tem profundas conexões com os demais animais, tendo como diferencial a capacidade de reinterpretar os estímulos e não agir, somente em função deles e por instinto. Assim sendo, “a moralidade, então, resulta de desenvolver nossos projetos de vida de acordo com os “mores” ou costumes sociais”.²⁹

Essa é a dimensão prática da moral; compreender e agir com dinamismo diante do ambiente no qual está envolvido o indivíduo. Nessa perspectiva, a ação

²⁷ ALEMÁN, José Luis. Problemática actual de La relación entre economía y ética. In: SCANONNE, J. C; REMOLINA, G. (Org.). *Ética y economía*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 1998, p.19

²⁸ A tradução para esse texto é livre por parte deste autor. Esse processo acompanha as demais citações.

²⁹ ALEMÁN, 1998, p. 21.

humana não se limitaria a instintos como a dos demais seres vivos. Ela exerceria papel fundamental à medida que age na liberdade da construção de sua própria existencialidade. Junges, tratando da dimensão prática da moral enfatiza que

Só o ser humano sonha com mundos novos, com relações cada vez mais fraternas e com um novo céu e nova terra; só ele cria utopias, que não são mecanismos de fuga fácil das contradições presentes. Pertencem à própria realidade do ser humano, que é um ser que continuamente projeta, desenha o futuro, vive de promessas e se alimenta da esperança. São as utopias que impedem o absurdo de tomar conta da história.³⁰

Nesse caminho, entender a economia na atualidade, bem como seus impactos na vida de pessoas e o meio onde se inserem é evocar as utopias que são próprias do ser humano em sua constituição identitária.

A dimensão utópica da imaginação possibilita que se transcenda a situação dada, idealizando algo diferente do presente e, assim, desencadeando uma práxis que é projetual. A projeção é uma atividade da razão prática que parte da experiência e aponta para algo que a ultrapassa.³¹

A economia pensada em relação à ética coloca utopias que poderão ser eixos norteadores de toda funcionalidade econômica. Alemán aponta que o paradigma *técnico*³² que mecaniza todas as esferas de relacionamento, reduzindo-as a uma materialidade, elimina, por sua vez, a possibilidade de uma ética. O paradigma *consequencialista* analisa a economia com pressupostos da otimização, sem dar espaço para as demais ações embutidas em todo o processo econômico, tais como o ser humano como ser dinâmico.

Outro paradigma ainda apresentado por Alemán é o deontológico³³. Se em Aristóteles, a economia se desdobrava da ética e, deveria ordenar a vida para a *felicidade* e não para a acumulação, a economia predominante na atualidade se rege pelo mercado e baseia-se, predominantemente na busca da lucratividade. Esse paradigma vai apontar que existem direitos no âmbito da economia que não se aplica ou favorece a *maioria* das pessoas.

Por último, outro desafio apontado por Alemán para a economia atual é o paradigma da comunicação, extraído de Habermas³⁴. A comunicação, em contexto

³⁰ JUNGES, 2001, p. 54.

³¹ JUNGES, 2001, p. 54.

³² ALEMÁN, 1998, p. 22ss.

³³ ALEMÁN, 1998, p. 25.

³⁴ ALEMÁN, 1998, p. 27.

de pluralidade e complexidade deverá caminhar na direção de um consenso mínimo onde haja transparência por parte dos setores envolvidos. Desse modo, a fundamentação se basearia em um senso de coerência e sempre no campo do diálogo, abrindo mão dos mecanismos institucionais de controle, produzindo uma caminhada frutífera rumo à justiça.

A dimensão econômica que falta à economia é a Utopia. Como todas as possibilidades de futuro são realizadas no pragmatismo tecnológico e na acumulação de bens, as demais dimensões humanas são subtraídas ou até mesmo liquidadas do âmbito econômico. Tratando sobre a práxis enquanto dimensão situacional (experiência) e projetual (utopia), Junges enfatiza que:

A utopia tem um lugar próprio e essencial numa racionalidade prática que não se limite a um mero cálculo de meios e fins, mas queira estabelecer a natureza e o valor dos próprios fins. [...] Trata-se de construir uma sociedade verdadeiramente democrática através de uma práxis histórica e solidária que, por um lado, busque a superação do dado situacional injusto e, por outro, projete um futuro de igualdade que contemple uma melhoria na vida de todos, especialmente daqueles que sofrem as conseqüências da situação a ser superada.³⁵

Só se pode pensar em humanização da economia inserindo nela as utopias inerentes ao ser humano. A simples luta entre as classes, representada principalmente pelos sindicatos precisarão rever seu papel diante de uma nova conjuntura que se anuncia. A utopia fará com que os espaços de competição se transformem em espaços próprios de construção diante dos dilemas enfrentados na economia. Küng faz severa crítica à polarização de lutas entre a esfera capitalista e socialista.

Os dois sistemas sociais antagônicos típicos, *comunismo (socialismo) e capitalismo*, devem ser entendidos como sistemas desesperadamente comprometidos e superados. Esses conceitos do mesmo modo já se tornaram somente embalagens aleatórias, que em cada lugar significa algo diferente. Em cultura pura, talvez só exista em alguns países totalitário-comunistas como a China e a Albânia, e talvez ainda em alguns países da América do Sul. Faticamente, o capitalismo clássico foi corrigido por elementos estruturais socialistas, enquanto que o socialismo clássico (comunismo) se mostrou incorrigível. [...] Numa tal economia, deve haver constantemente a busca, por um lado, por equilíbrio entre os interesses do

³⁵ JUNGUES, 2002, p. 54ss.

capital (eficiência e lucro) e pelos interesses sociais e ecológicos por outro lado. Em resumo, deve-se buscar uma *economia de mercado ecossocial*.³⁶

Küng tem razão quando traz em seu discurso proposta de uma nova economia. Negar a necessidade do mercado se torna problemático, dadas as configurações já presentes na atualidade. Domesticar o mercado por meio de um processo de conscientização mais aprofundada acerca do valor da vida, das pessoas e da própria natureza poderá ser o paradigma que irá renovar (ou está renovando) as expectativas da economia daqui por diante.

CONCLUSÕES

Fica como pressuposto que a moral não é uma atividade ao lado das outras, mas uma instância que deve humanizar todas as atividades humanas. Urge tratar das questões sociais e ecológicas na mesma proporção que as de mercado.

Do mesmo modo, a economia precisa ir além de posicionamentos político-partidários e avançar na direção de uma proposição que vá de encontro aos reais problemas da atualidade. A natureza anuncia seu limite na extração pela ação humana, a especulação ainda tem a primazia sobre a produção, a democracia tem sido ameaçada. Como a ênfase que se tem dado pelos governos diante das crises mundiais foi a de negar a manutenção de um Estado de *bem estar*, o que precisa ser discutido agora é o comprometimento do processo de democratização instalado nos Estados modernos.

A humanidade é casa que, só poderá ser habitável se a vida for preservada: a vida social, ambiental, econômica, política e utópica. Sem esses pressupostos a economia não cumprirá o papel de humanizadora das relações. Com a devida atenção, veremos que é possível um novo mundo mais justo, humano e solidário e ético.

³⁶ KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

REFERÊNCIAS

ALEMÁN, José Luis. Problemática actual de La relación entre economía y ética. In: SCANONNE, J. C; REMOLINA, G. (Org.). *Ética y economía*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 1998.

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

JUNGES José Roque. *Evento Cristo e ação Humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

KÜNG, Hans. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado, religião*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

VOS, Herman; VERVIER, Jacques. *Utopia cristã e lógica econômica*. Petrópolis: Vozes, 1997.